

GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS RIQUEZAS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Márcio Roberto Piccoli

Andréia Motta Duarte

Scheila de Souza Leder

Resumo

Por ser considerada uma ferramenta de gestão, a contabilidade possui informações primordiais para a continuidade das empresas, por sua vez a DVA, possibilita aos seus usuários uma visão ampla e precisa de como e onde as riquezas geradas pelas entidades estão sendo distribuídas aos agentes sociais que contribuíram para sua formação. Desta forma, o objetivo do estudo foi analisar como se dá a geração e distribuição das riquezas das empresas brasileiras, com base na DVA das 20 (vinte) empresas listadas na Bolsa de Valores que compõem o índice Ibovespa, referente os exercícios de 2015 e 2016. A pesquisa caracteriza-se como básica, do tipo qualitativo e descritivo. Foi realizada a triangulação de informações das notas explicativas com os dados de indicadores da DVA. Constatou-se que a maioria das empresas faz menção em suas notas explicativas a apenas informações legais e estruturais. As análises dos indicadores de geração de riqueza evidenciaram que a proporção entre o ativo e o valor adicionado é pequena e que a proporção entre patrimônio líquido e valor adicionado é maior. Quanto à análise dos indicadores de distribuição de riqueza, revelou-se significativa a proporção do gasto com pessoal e governo. Ao final do estudo, constatou-se a importância da Demonstração do Valor Adicionado, pois possibilita confrontar elementos patrimoniais, apontando a situação da empresa e ao mesmo tempo permite uma visão global das organizações na sociedade e suas contribuições.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado. Geração de Riqueza. Distribuição de Riqueza.

1 INTRODUÇÃO

As empresas são fontes geradoras de riquezas que permitem o movimento econômico de todo o sistema global, impulsionando o crescimento do país. Neste cenário as companhias estão sendo forçadas pela globalização intensa a realizarem atividades em um mercado altamente competitivo, fazendo das informações as variáveis mais importantes para a tomada de decisões de usuários internos e externos.

Em face desse desenvolvimento e crescimento das empresas, a contabilidade precisou aperfeiçoar as formas de acompanhar e evidenciar o patrimônio das entidades e para suprir as novas necessidades se desenvolveu, emitindo relatórios que demonstram a realidade empresarial, divulgando aspectos relacionados ao desempenho socioeconômico da empresa e ao seu relacionamento com a sociedade através do Balanço Social.

Para atender a exigência do crescimento organizacional aliado a consciência social e ambiental das grandes organizações, o Balanço Social, de acordo com Santos (2007), presta informações aos empregados e a sociedade através do enfoque ambiental, refletindo a postura da empresa em relação aos recursos naturais, sua preservação e recuperação, além dos investimentos voltados para a área ambiental e os passivos ambientais, do enfoque nos recursos humanos, nos benefícios e contribuições e por meio da Demonstração do Valor Adicionado- (DVA) que transmite a percepção das contribuições econômicas da entidade e sua distribuição entre os agentes da sociedade.

Segundo Ludícibus et al (2010), o objetivo da DVA é demonstrar a riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa em determinado período, como resultado de um esforço coletivo e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a criação de valor. Esta afirmação complementa a definição do Pronunciamento Técnico CPC 09 (2008) de que a DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas

à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

O conteúdo da DVA tem grande relevância social, pois, de acordo com Evraert e Riahi-Belkaoui (1998), com base nela, qualquer interessado poderá conhecer a riqueza gerada por uma companhia, bem como sua posterior distribuição entre todos os agentes econômicos que tiveram participação em sua criação, diferente da Demonstração do Resultado do Exercício-(DRE), que informa a riqueza criada sob o enfoque dos proprietários, sócios ou acionistas.

Com as diversas alterações para a contabilidade e a obrigatoriedade da divulgação da DVA pelas companhias de capital aberto, implementada pela Lei 11.638/2007, torna-se relevante a análise da aferição desta demonstração, e a partir dos aspectos apontados, tem-se o seguinte problema de pesquisa: Como se dá a geração e distribuição das riquezas das empresas brasileiras? Para responder o problema de pesquisa, tem-se como objetivo, analisar como se dá a geração e distribuição das riquezas das empresas brasileiras, com base na Demonstração do Valor Adicionado das 20 (vinte) empresas listadas na Bolsa de Valores que compõem o índice Ibovespa, referente os exercícios de 2015 e 2016.

Nitidamente a DVA tem se tornado uma ferramenta relevante de informação, ao passo que é a peça contábil que integra o Balanço Social e por meio de um conjunto de elementos que permitem a análise do desempenho econômico da empresa, evidencia a geração de riqueza, assim como os efeitos sociais produzidos pela distribuição dessa riqueza.

A sua utilização como ferramenta gerencial pode ser como índice de avaliação do desempenho na geração da riqueza, ao medir a eficiência da empresa na utilização dos fatores de produção, comparando o valor das saídas com o valor das entradas, e como índice de avaliação do desempenho social à medida que demonstra, na distribuição da riqueza gerada, a participação dos empregados, do governo, dos agentes financiadores e dos acionistas.

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Com as transformações econômicas e sociais, a responsabilidade social integrada aos negócios começa a fazer parte das organizações, ao passo que as empresas são elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. Na concepção de Luca et al. (2009) a contabilidade está vinculada à reponsabilidade social da empresa, à medida que seu objetivo consiste em fornecer informações aos usuários, possibilitando uma avaliação dos efeitos das atividades da entidade sobre a sociedade.

Por meio do Balanço Social, a contabilidade avalia os planos sociais e evidencia o desempenho dos programas sociais da empresa, por intermédio de quatro aspectos citados por Luca et al. (2009): recursos humanos, atividades sociais, meio ambiente e geração de riqueza.

Para Luca et al. (2009) a abordagem em recursos humanos abrange informações no tocante ao corpo de funcionários da organização, a fim de gerenciar as atividades humanas e sociais desempenhadas. Sob o aspecto de atividades sociais, devem ser mencionadas as informações sobre a interação da empresa no meio que a cerca, como gastos em projetos culturais, esportivos, de ecoturismo, bem como das áreas de educação, saúde, assistência social e organizações de comunidades em diversos projetos e programas. O aspecto meio ambiente reflete a postura da empresa em relação aos recursos naturais, sua preservação, proteção e recuperação. A perspectiva de geração de riqueza, refere-se as informações de natureza econômica e trata-se da DVA, apresentando a riqueza criada pela empresa e sua distribuição entre os diversos elementos que contribuíram para sua criação.

2.1.1 Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado surgiu para proporcionar aos usuários informações sobre o valor da riqueza criada pela empresa e sua utilização, estando vinculada com a responsabilidade social. A partir dela os

usuários conseguem identificar qual é a contribuição socioeconômica da entidade, à medida que a demonstração evidencia a efetiva contribuição da empresa, dentro de uma visão global de desempenho, para a geração de riqueza da economia na qual está inserida.

Com a promulgação da Lei nº 11.638/07, a DVA passou a ter sua elaboração e divulgação obrigatórias para as sociedades anônimas de capital aberto. De acordo com Iudícibus et al. (2010) antes de se tornar-se obrigatória, a DVA tinha sua divulgação incentivada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Conforme o CPC 09 (2008) que normatiza essa demonstração, os principais componentes da riqueza criada pela própria entidade são as receitas de vendas de mercadorias, produtos e serviços, insumos adquiridos de terceiros, valor adicionado recebido em transferência, como resultado de equivalência patrimonial e receitas financeiras. Já a distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, abrangendo pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros e aluguéis, juros sobre capital próprio (JCP) e dividendos e lucros retidos ou prejuízos do exercício. Sendo desse modo que se identifica a proporção gerada de riqueza e sua respectiva distribuição.

Ainda, segundo o CPC 09 (2008), a demonstração está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.

Conforme Kroetz e Neumann (2008, p. 42), é por meio da DVA que é possível “perceber a contribuição econômica da entidade para cada segmento com o qual ela se relaciona, constituindo-se no Produto Interno Bruto (PIB), produzido pela organização”, sendo hoje um dos principais indicadores macroeconômicos, para avaliar e comparar a produção econômica do país e muito utilizado para cálculo da carga tributária.

Ricarte (2005) menciona que o somatório dos valores obtidos nas Demonstrações do Valor Adicionado apresentados pelas unidades produtivas dos mais variados níveis de atividades econômicas que são classificadas pelo IBGE, excluídas as duplas contagens, pode ser considerado como o PIB do país.

De acordo com Luca et al. (2009) o valor adicionado da atividade produtiva é obtido pela diferença entre a receita de vendas e os materiais e serviços adquiridos de terceiros. Desse modo o “Valor adicionado total [...] corresponde à soma do valor adicionado da atividade produtiva e dos ganhos obtidos pelas aplicações de recursos que geraram riqueza em outra empresa ou atividade.” (LUCA et al., 2009, p. 31).

Ainda para Luca et al. (2009, p. 30) “O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire em determinado período, e é obtido, na contabilidade, pela diferença entre as vendas e o total dos insumos adquiridos de terceiros. Esse valor será, ainda, igual à soma de toda a remuneração dos esforços consumidos nas atividades da empresa.” A DVA vem a evidenciar, além do lucro a quem pertence o restante da riqueza criada.

Para Fregonesi (2009), é uma demonstração com foco econômico e social, que evidencia o valor gasto com empregados e total de tributos imputados, informações estas antes não divulgadas, seu objetivo é mostrar a riqueza adicionada pela empresa à economia do país e a estrutura de remuneração dos fatores de produção adotada pela companhia.

Na concepção de Santos (2007, p. 37), a DVA é a “[...] forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade.” Trata-se de uma visão diferente em termos de demonstrações, pois as tradicionais, como a Demonstração de Resultado do Exercício- DRE estão preocupadas em apresentar aos investidores o lucro da companhia e como foi calculado. Na perspectiva de Luca et al. (2009) a DVA evidencia, além do lucro dos investidores, a quem pertence o restante da riqueza que foi criada pela empresa.

O CPC 09 (2008, p. 4) esclarece que “[...] para os investidores e outros usuários, essa demonstração proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida.” A decisão de recebimento por uma comunidade (Município, Estado e a própria Federação) de investimento pode ter nessa demonstração um instrumento de extrema utilidade e com informações que, por exemplo, a demonstração de resultados por si só não é capaz de oferecer.

Em resumo a importância da DVA pode ser descrita em quatro tópicos: 1. Analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição das riquezas de cada empresa; 2. Permitir a análise do desempenho econômico da empresa; 3. Auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais; 4. Fornecer informações sobre os benefícios (remunerações) obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores- acionistas ou credores) e governo (IUDICIBUS et al., 2010).

Para Cunha, Ribeiro e Santos (2005), a elaboração da DVA é uma oportunidade que a contabilidade tem para mostrar seu alcance e utilidade para aqueles que não a veem assim, servindo como um instrumento de marketing.

Esta demonstração constitui-se como fundamental para a gestão e demais usuários da contabilidade. Ricarte (2005) cita a importância da DVA e sua relevância para as entidades governamentais, ao passo em que auxilia no processo de análise do perfil e identificação da contribuição da empresa para a sociedade e os setores priorizados, medindo a sua participação no desenvolvimento regional e estimulando a continuidade de subsídios e incentivos governamentais.

A DVA é uma demonstração econômico-financeira que fornece informações compreensíveis e transparentes a qualquer usuário, independentemente do grau de conhecimento. O uso dessa demonstração e a análise de todas as informações evidenciadas propicia o redirecionamento de ações estratégicas das empresas, ao passo que deve remeter qualidade aos fenômenos resultantes do incremento de valor adicionado, aos insumos

da entidade em sua atividade operacional, priorizando o papel da organização e sua contribuição ao meio social.

2.1.2 A relevância da informação contábil - Value Relevance

Como discutido na seção anterior, no mundo globalizado é necessário que as empresas estejam sempre atualizadas e busquem acompanhar as mudanças exigidas pelo mercado, de maneira a se manterem firmes e constantes em sua atividade.

As informações geradas pela contabilidade são utilizadas como base para a tomada de decisões dentro das empresas e por isso devem ser claras e objetivas de maneira a ser o mais eficiente possível. Essas informações precisam estar disponíveis a seus usuários sempre que necessário, devem ser fidedignas e livres de erro, caso contrário o processo de tomada de decisão ficará comprometido.

Assim, a contabilidade apresenta-se como uma das ferramentas mais importantes como fonte de informações relevantes e geração de dados capazes de tornar a entidade ainda mais competitiva, ao passo que tem como objetivo mensurar e comunicar o conjunto de eventos econômicos relacionados aos resultados das empresas, além de que, todas as decisões administrativas promovem influências, imediatas ou posteriores, que geram fatos patrimoniais.

Yamamoto e Salotti (2006) entendem que a informação contábil relevante pode ser considerada como aquela que altera o conhecimento do seu usuário em relação à empresa, pois, a partir de interpretações, ele a utiliza na solução de problemas.

Segundo Machado, Silva Macedo e Machado (2015), tendo em vista a existência de diversos usuários, a relevância da informação contábil pode ser observada por várias perspectivas. As pesquisas que buscam analisar a relação entre os valores de mercado das empresas e os números contábeis são denominadas "value relevance". Tais estudos objetivam averiguar a relevância de determinada informação contábil para o mercado de capitais,

verificando se tais informações estão refletidas no preço das ações das empresas e apurando se a informação é capaz de auxiliar seus usuários.

A relevância da informação contábil é facilmente comprovada na medida em que serve de apoio para a gestão e instrumento de informação para a sociedade, com objetivo de construir novas estruturas contábeis que permitam informar o real significado das entidades em um contexto que envolva, além de fatos econômicos e financeiros, aspectos sociais e ambientais (RICARTE, 2005).

Portanto a “value relevance” da informação contábil está diretamente ligada à qualidade desta informação e sua influência nas decisões. E é justamente a necessidade de informações mais completas que torna a DVA um importante instrumento, ao passo que, enquanto a DRE restringe a capacidade da empresa em gerar lucros, a DVA considera os fatores econômicos que contribuem para a geração de riquezas da entidade e apresenta de forma objetiva e compreensível a partilha desta riqueza, além de unir em único relatório tópicos ocultos nos demais demonstrativos, auxiliando na análise do desempenho organizacional.

Por isso, a informação contábil caminha em direção a uma visão multidimensional, cujo enfoque é o desempenho econômico, o aspecto fiscal e o caráter social e ambiental, propiciando a satisfação das necessidades de todos os usuários que têm interesse na informação contábil.

Neste contexto, Ricarte (2005) entende que a informação do valor adicionado marca um importante avanço, pois contribui para o auxílio à tradução da intervenção da entidade no processo econômico sequencial no âmbito de um determinado sistema econômico, permite a obtenção de informações sobre a geração e a distribuição de riqueza para a empresa e a sociedade onde ela está inserida, e também é importante no campo macroeconômico, como gerador de subsídios para medir, calcular e analisar a produção e a riqueza de uma economia, em qualquer magnitude.

A análise da DVA e de suas informações econômicas, permite redirecionar ações estratégicas das empresas, uma vez que seu objetivo enaltece o papel e a contribuição da organização ao meio social.

2.1.3 Estudos correlatos

Pesquisas empíricas sobre a DVA ainda são incipientes no Brasil. Dentre os estudos encontrados, destacam-se as pesquisas que buscaram averiguar a evidenciação da criação e distribuição da riqueza de empresas brasileiras e também avaliar o poder de aferição representado pela DVA.

Cunha (2002) verificou se existia relação entre a riqueza gerada pelas empresas brasileiras e sua distribuição com funcionários. Constatou que não há relação, pois as empresas que geram maior riqueza, não são as que distribuem as maiores remunerações a seus funcionários.

Cosenza (2003) investigou a utilidade da informação do valor adicionado. O estudo demonstrou que a DVA podia ser utilizada como importante ferramenta de análise econômico-financeira, pois com base nela observa-se os benefícios gerados, principalmente por aqueles que direta ou indiretamente colaboraram com esta geração, seja os empregados, acionistas ou governo.

Cunha, Ribeiro e Santos (2005), tendo por base o conceito de que a contabilidade é um veículo de informação aos seus usuários, realizaram um estudo, cujo objetivo foi pesquisar as 416 empresas retiradas do cadastro mantido pela FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras) para edição anual de Melhores e Maiores da Revista Exame, na qual procurou-se avaliar o poder de aferição representado pela DVA no que concerne a informações sobre a formação da riqueza pelas empresas e sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a criá-la, como proprietários, acionistas, governo, financiadores e empregados. Os resultados obtidos afirmaram que os indicadores retirados da DVA se constituem num excelente avaliador de distribuição de riqueza, a disposição da sociedade, contendo informações que sozinhas são conclusivas e bastante úteis, desde que elaborada e divulgada.

Ricarte (2005) elaborou um estudo sobre a Demonstração do Valor Adicionado e sua importância como uma ferramenta gerencial que mensura

o desempenho das organizações, trazendo para os usuários informações que transparecem o lado social e ambiental, percebendo que o valor adicionado traz a capacidade da empresa de gerar riquezas e assim os benefícios dessas informações impactam como transparência para toda a sociedade.

Tinoco e Moraes (2011) examinaram por meio da DVA das empresas Petrobras, Banco Itaú SA e Sadia SA a carga tributária em que são acometidas. Verificaram que a Petrobras contribuiu com o governo com 59% da sua riqueza criada, no exercício de 2007, em seguida o Banco Itaú com 35%, no mesmo ano e a Sadia com 37% em 2004.

Follmann et al. (2011) avaliou a distribuição do valor adicionado das sociedades anônimas de capital aberto do segmento de Novo Mercado. Os resultados evidenciaram que em 2008 a maioria das empresas destinou a maior parte da contribuição para pessoal, em 2009, a maior parcela da distribuição foi para "Impostos Taxas e Contribuições", sendo os setores com maior representação: Telecomunicações e Utilidade Pública.

Macohon, Piccoli e Silva (2013) com o objetivo de analisar a evidenciação da criação e distribuição de riqueza das empresas brasileiras realizaram um estudo em 154 empresas, nas quais a partir das análises das notas explicativas referente ao período de 2012 calculou-se indicadores elaborados por Iudícibus et al. (2010). O estudo concluiu que 61 empresas não divulgaram nenhuma informação acerca da DVA em suas Notas Explicativas. Algumas empresas publicaram informações mais detalhadas sobre a DVA, mas não mencionaram sobre a geração de distribuição da riqueza gerada. A maioria das empresas utiliza uma redação padronizada para explicar a DVA.

Cardoso et al. (2015) investigaram a distribuição da riqueza aos agentes econômicos de diferentes setores, no exercício de 2013, sobretudo ao governo. Constataram que a maior parte destinada foi para "Impostos, Taxas e Contribuições" e os setores que mais distribuíram foram os de Telecomunicações, Energia e a Indústria Digital e menor contribuição: Farmacêutico e Construção.

2. 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto a sua natureza a pesquisa caracteriza-se como pesquisa básica. De acordo com Gil (2010, p. 27) pesquisa básica é “destinada unicamente à ampliação do conhecimento, sem qualquer preocupação com seus possíveis benefícios”.

Quanto a sua abordagem, a pesquisa é do tipo qualitativa, ao passo que está ligada ao levantamento de dados de determinada população e relacionada a apontar a frequência e intensidade desta através da coleta de dados.

No que tange a finalidade e objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Segundo Gil (2010, p. 27) “As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. A pesquisa descritiva observa, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los (CERVO; BERVIAN, 1990).

A fim de atingir o objetivo foi analisado a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas das empresas da amostra referente aos anos de 2015 e 2016. A coleta de dados se deu por meio da utilização de arquivos documentais disponíveis nos sítios eletrônicos da BMF & Bovespa e dados do Economática. Gil (2010, p. 158) menciona que as “fontes escritas na maioria das vezes são muito ricas e ajudam o pesquisador a não perder tanto tempo na hora da busca de material em campo, sabendo que em algumas circunstâncias só é possível a investigação social através de documentos”.

Quanto a população, são as 20 empresas com ações negociadas na BMF & Bovespa, as quais fazem parte do Ibovespa. A amostra de pesquisa é não aleatória e intencional. Foram investigadas as empresas de diversos setores, escolhidas por meio da pesquisa da empresa brasileira MZ em cooperação com a empresa inglesa Reputation Dividend, a qual apontou o Ranking Brasil 2016 das 20 empresas com os melhores prêmios de reputação do índice Ibovespa. O prêmio de reputação representa o resultado da confiança em que a companhia inspira entre seus investidores quanto aos

retornos esperados. O Quadro 1 apresenta as empresas que compõe a amostra da pesquisa.

A primeira etapa da análise dos dados se deu a partir das Notas Explicativas, as quais foram analisadas por meio de técnica de análise de conteúdo, atendo-se as questões relacionadas à Demonstração do Valor Adicionado.

A partir da análise de conteúdo, foram analisados os seguintes aspectos nas Notas Explicativas: se as empresas se reportam à DVA nas Notas Explicativas; se as Notas Explicativas evidenciam apenas aspectos legais e estruturais da DVA e; se as empresas publicaram informações um pouco mais detalhadas a respeito da DVA, se reportando ao desempenho da empresa no quesito geração e distribuição de riqueza. Para Martins e Theóphilo (2007, p. 99) "A análise de conteúdo busca a essência de um texto nos detalhes das informações, dados e evidências disponíveis. [...] presta-se tanto aos fins exploratórios, ou seja, de descoberta, quanto aos de verificação, confirmando, ou não, proposições e evidências."

Na segunda etapa da análise, buscou-se a partir da Demonstração do Valor Adicionado DVA, identificar os indicadores elaborados a partir de Ludícibus et al. (2010), que separou em Indicadores de geração de receita: (i) Quociente entre valor adicionado e ativo total; (ii) Quociente entre valor adicionado e patrimônio líquido e distribuidores de riqueza: (i) Quociente entre gastos com pessoal e valor adicionado; (ii) Quociente entre gastos com impostos e valor adicionado; (iii) Quociente entre gastos com remuneração de capital de terceiros e valor adicionado; (iv) Quociente entre dividendos e valor adicionado; (v) Quociente entre lucros retidos e valor adicionado.

Os indicadores para análise da DVA foram elaborados com o intuito de extrair informações, visando a interpretação dos dados obtidos. Por intermédio destes índices pode-se ter uma visão ampla da geração de riqueza, bem como sua destinação.

Por fim, foi realizada a triangulação das informações qualitativas encontradas nas Notas Explicativas de cada empresa com os dados dos

indicadores do Quadro 2, elencando a evidenciação das principais fontes de geração e distribuição de riquezas das empresas da amostra da pesquisa.

2.3 ANÁLISE DE DADOS

Ao analisar como as empresas se reportavam à Demonstração do Valor Adicionado nas Notas Explicativas, verificou-se que apenas três companhias da amostra de pesquisa, não se reportam a DVA em suas Notas Explicativas nos períodos de 2015 e 2016. São elas: BMF & Bovespa, Bradesco e Cielo.

A partir da convergência para as normas internacionais de contabilidade as Notas Explicativas passaram a ter grande importância, uma vez que evidenciam, de maneira mais acurada, as movimentações ocorridas dentro da organização e possibilitam uma melhor interpretação dos dados.

Neste contexto, a maior parte das empresas estudadas evidenciam apenas os aspectos legais e estruturais da demonstração, não se reportando a DVA de maneira mais detalhada e profunda, em ambos os períodos. Essas empresas são: Ambev; BB Seguridade; BRF; CCR S.A; CTEEP- Cia Transmissão de Energia Elétrica Paulista; Embraer; Hypermarcas; Itaú Unibanco; Klabin; Lojas Americanas; Porto Seguro; Raia Drogasil; Renner; TOTVS; Ultrapar; Weg; Tractebel.

As empresas listadas, divulgaram em suas notas explicativas o mesmo texto padrão: "Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da controladora e do consolidado, nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras".

Nenhuma companhia da amostra de pesquisa deu destaque a DVA nas notas explicativas, publicando informações mais detalhadas, ou seja, reportando-se a relevância que tem as informações da DVA na transparência da empresa.

Percebe-se que mesmo a DVA sendo uma ferramenta de análise para o gestor, qual tem a possibilidade de evidenciar a distribuição da riqueza

gerada pela empresa de forma clara e direta, as companhias cumprem apenas os aspectos legais no que diz respeito a sua divulgação e publicação.

Os Quadros 5 e 6 abordam as estatísticas elaboradas a partir do cálculo dos quocientes para análise da DVA.

Nota-se a partir dos Quadros 5 e 6, que o maior desvio padrão apresentado em ambos os períodos é no quociente entre valor adicionado e patrimônio líquido, 47,62% em 2015 e 55,25% em 2016, fato que revela alta dispersão da referida variável, pois as empresas da amostra de pesquisa pertencem a ramos de atividades diferentes.

O coeficiente de variação caracteriza-se como uma medida de dispersão utilizada para estimar a precisão de experimentos. Em 2015 o quociente entre gastos com remuneração de capital de terceiros e valor adicionado apresentou maior coeficiente de variação, já em 2016 foi o quociente entre dividendos e valor adicionado.

Ao comparar todas as empresas, observa-se que a maior média de geração de riquezas é em relação ao Patrimônio Líquido, índice que demonstra qual é o potencial das empresas em gerar riquezas em relação ao capital próprio.

A análise dos indicadores de geração de riquezas aponta que dos valores investidos no ativo total das empresas da amostra de pesquisa, em média, no ano de 2015, 28,07% tem seu valor adicionado, já em 2016, 30,67%. Percebe-se uma parcela pequena do valor adicionado pelas empresas. Os indicadores que vislumbram os valores adicionados em relação ao capital próprio demonstram que uma proporção maior, pois em 2015 representam em média 80,10% e em 2016 87,06%.

O maior quociente de distribuição em 2015 foi com pessoal, representando 26,75% e em 2016 com gastos em impostos, no percentual de 28,68%.

A segunda maior distribuição, em 2015 é com impostos com índice de 24,96%, e em 2016 com pessoal, equivalente a 25,07%. O terceiro quociente de distribuição em que houve mais destinações, em 2015 foi remuneração de capital de terceiros, com 23,65%, e no ano de 2016 o terceiro quociente com

maior distribuição é o de lucros retidos com 18,12%. No que se refere ao estudo, por ramo de atividade, foram analisadas 9 empresas prestadoras de serviço, representando 45% do total da amostra, 7 empresas industriais, sendo 35%, e 4 empresas comerciais, ou 20%.

Nos Quadros 4 e 5 se observa a média dos quocientes por setores estudados, promovendo uma comparação de dados entre os ramos dos quais as companhias que compõem a amostra fazem parte.

Nota-se que o comércio é o ramo que detém o maior valor adicionado em relação ao ativo total e ao patrimônio líquido, nos períodos analisados. Pela comparação entre os dois quadros, percebe-se que a riqueza criada oscilou positivamente de 2015 para 2016.

A comparação do ramo de serviço denota maior distribuição de riquezas, em 2015, no pagamento de dividendos e em 2016 no gasto com impostos. A segunda maior distribuição foi, em 2015, com gastos com pessoal, e em 2016, o valor de dividendos. O ramo de serviço é o que menos emprega em ambos os anos estudados, e também o ramo com maiores percentuais de lucro retido.

Observa-se que o ramo industrial apresenta maior distribuição de riquezas no ano de 2015 na remuneração de capital de terceiros, e em 2016 no gasto com pessoal. O que significa que a indústria empregou mais em 2016, representando 31,11% do valor adicionado. A segunda maior distribuição em 2015 foi o gasto com pessoal e em 2016, o pagamento de impostos. Já o ramo de comércio de acordo com a amostra empregou mais no ano de 2015, com 29,16% do valor adicionado, enquanto que em 2016 representou 24,48%.

Em relação ao gasto com pessoal, no ano de 2015 foi o maior valor distribuído. Em 2016 o gasto com impostos foi o mais representativo com 30,25%. O segundo item com maior distribuição em ambos os anos, foi a remuneração do capital de terceiros.

Diante na análise dos resultados obtidos, percebe-se que a DVA possibilita analisar o quanto cada empresa criou de riqueza e de que maneira ela distribuiu conforme suas vertentes econômicas, além de comparar os agentes com maior parcela de distribuição, quando analisados de forma

global e por ramo de atuação, permitindo ao gestor elaborar o planejamento estratégico, com base em ações que tornem a empresa mais rentável e competitiva.

3 CONCLUSÃO

Os procedimentos tradicionais de contabilidade com ênfase no lucro e na rentabilidade não atendem de forma amplas as solicitações dos usuários, fazendo-se necessário a apresentação de informações que traduzam a realidade da empresa aos seus gestores.

Deste modo, a obrigatoriedade da DVA possibilitou aos usuários dos relatórios contábeis e financeiros verificarem informações das empresas antes não publicadas, permitindo evidenciar gastos com pessoal, governo, financiadores e acionistas, demonstrando a contribuição econômica e social da organização no local onde está inserida.

A pesquisa demonstrou que as maiorias das empresas utilizam redação padronizada para explicar a DVA em suas notas explicativas. Constatou-se que 3 (três) empresas não divulgaram nenhuma informação e 17 (dezesete) divulgaram apenas aspectos legais e estruturais.

Os resultados da análise estatística descritiva atestam que a proporção do valor adicionado em relação ao ativo é pequena e que a do patrimônio líquido é maior. No que tange a distribuição da riqueza as maiores proporções estão nos gastos com pessoal e impostos.

Quanto à análise direcionada aos ramos de atuação das empresas estudadas, classificados como indústria, comércio e serviço, percebe-se que comércio é o ramo que apresenta maiores indicadores de geração de riquezas em comparação ao ativo e ao patrimônio líquido das companhias. O setor de serviços é o que apresenta menores indicadores de geração de riquezas. Na perspectiva de geração de empregos o comércio foi o que mais empregou em 2015 e a indústria em 2016.

A triangulação das informações qualitativas (notas explicativas) e quantitativas (indicadores da DVA) denota que as companhias pertencentes

da amostra de pesquisa não estão preocupadas com a divulgação das informações acerca da DVA, constatando-se que a maioria das empresas não visualiza a demonstração como uma ferramenta de auxílio na gestão, ao passo que permite indicar a eficiência da gestão empresarial, contribuindo para análises econômicas e financeiras já que evidencia o que a empresa produziu de riqueza e como a distribuiu.

Como limitações do estudo, não se pode generalizar os dados aqui obtidos às demais empresas listadas na BM&FBovespa, haja vista, a pesquisa estar relacionada somente aos dados extraídos da DVA das companhias listadas no Índice Ibovespa.

Sugere-se que sejam realizados estudos complementares que fundamentem os resultados encontrados neste estudo, bem como pela importância dos resultados e discussões advindas do estudo, que esse seja aplicado em amostra de menor abrangência e que seus resultados sejam remetidos a comparações de regiões brasileiras.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, T. L. et al. Distribuição de Riqueza aos Agentes Econômicos: Um Olhar sobre a DVA. In: XII Congresso USP de iniciação Científica em Contabilidade, 12., 2015, São Paulo, Anais eletrônico... São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos152015/234.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2017.
- CERVO, A.; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. México, 1990.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 09: demonstração do valor adicionado. Brasília, DF: CPC, 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- COSENZA, J. P. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. Revista Contabilidade & Finanças, 14, 7-29, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34099/36831>>. Acesso em: 1 out. 2017.

CUNHA, J. V. A. da; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 16, n. 37. 2015. São Paulo, jan./abr. 2005.

CUNHA, J. V. A. da. Demonstração contábil do valor adicionado - DVA: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários. Dissertação, Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-17102007-173046/pt-br.php>>. Acesso em: 01 out. 2017.

EVRAERT, S.; RIAHI-BELKAOUI, A. Usefulness of Value Added Reporting: a review and synthesis of the literature. *Managerial Finance*, v. 24, n. 11, 1998.

FOLLMANN, D. A., Paiva, K. S. E., & Soares, S. V. Distribuição do Valor Adicionado nas Empresas do Novo Mercado: Análise Setorial da Destinação da Riqueza em 2008 e 2009. *Reunir – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 1(2), 101-117, 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/33>>. Acesso em: 1 out. 2017.

FREGONESI, M. S. F. A. Investimentos Socioambientais na demonstração do valor adicionado: formação ou distribuição do valor adicionado? Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-18122009-093324/publico/tese_Mariana_Fregonesi.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

IUDÍCIBUS, S. de et al. Manual de contabilidade societária (aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC). São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

KROETZ, C. E. S., & NEUMANN, M. Responsabilidade Social e a Demonstração do Valor Adicionado. *Desenvolvimento em Questão*, v. 1, n. 6, 153-178, 2008. Disponível em <<http://www.spell.org.br/documentos/download/2867>>. Acesso em: 1 out. 2017.

LUCA, M. M. M. de et al. Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, M. A. V.; SILVA MACEDO, M. A. da; MACHADO, M. R. Análise da relevância do conteúdo informacional da DVA no mercado brasileiro de capitais. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 26, n. 67, p. 57-69, 2015.

MACOHON, E. R.; PICCOLI, M. R.; SILVA, T. P. da. Análise da evidenciação da criação e distribuição da riqueza empresas brasileiras. In: ENGEMA, 15., 2013.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais e aplicadas. São Paulo: Atlas, 2007.

RICARTE, J. G. Demonstração do valor adicionado. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, 2005.

SANTOS, A. dos. Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TINOCO, J. E. P., MORAES, P. B. Estudo sobre a carga tributária de empresas brasileiras através da demonstração do valor adicionado (DVA) – período de 2005 a 2007. Revista Ciência e Administração, 17, 84-111, 2011. Disponível em: <<http://ojs.unifor.br/index.php/rca/article/download/3222/pdf>>. Acesso em: 1 out. 2017.

YAMAMOTO, M. M.; Salotti, B. M. Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais. São Paulo: Atlas, 2006.

Sobre o(s) autor(es)

1 Mestre em Ciências Contábeis; Professor do Curso de Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC. E-mail: marcio.piccoli@unoesc.edu.br.

2 Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC Campus Joaçaba. E-mail: andrea_duarte41@yahoo.com.br.

3 Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC Campus Joaçaba. E-mail: scheila_schei23@hotmail.com.

Quadro 1 - Amostra da pesquisa

COMPANHIA/EMPRESA	CLASSIFICAÇÃO SETORIAL
Ambev	Consumo não cíclico / Bebidas / Cervejas e Refrigerantes
BB Seguridade	Financeiro e Outros / Intermediários Financeiros / Seguradoras
BMF & Bovespa	Financeiro e Outros / Serviços Financeiros Diversos / Serviços Financeiros Diversos
Bradesco	Financeiro e Outros / Intermediários Financeiros / Bancos
BRF	Consumo não cíclico / Alimentos Processados / Carnes e Derivados
CCR S.A	Bens Industriais / Transporte / Exploração de Rodovias
Cielo	Financeiro e Outros / Serviços Financeiros Diversos / Serviços Financeiros Diversos
CTEEP- Cia Transmissão de Energia Elétrica Paulista	Utilidade Pública / Energia Elétrica / Energia Elétrica
Embraer	Bens Industriais / Material de Transporte / Material Aeronáutico e de Defesa
Hypermarcas	Consumo não cíclico / Diversos / Produtos Diversos
Itaú Unibanco	Financeiro e Outros / Intermediários Financeiros / Bancos
Klabin	Materiais Básicos / Madeira e Papel / Papel e Celulose
Lojas Americanas	Consumo Cíclico / Comércio / Produtos Diversos
Porto Seguro	Financeiro e Outros / Previdência e Seguros / Seguradoras
Raia Drogasil	Saúde / Comércio e Distribuição / Medicamentos e Outros Produtos
Renner	Consumo Cíclico / Comércio / Tecidos, Vestuário e Calçados
TOTVS	Tecnologia da Informação / Programas e Serviços / Programas e Serviços
Tractebel	Utilidade Pública / Energia Elétrica / Energia Elétrica
Ultrapar	Petróleo, Gás e Biocombustíveis / Petróleo, Gás e Biocombustíveis / Exploração, Refino e Distribuição
Weg	Bens Industriais / Máquinas e Equipamentos / Motores, Compressores e Outros

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 2- Quocientes de análise da DVA- 2015

Ano 2015	Geração de Riqueza		Distribuição de Riqueza				
	Quociente entre valor adicionado e ativo total	Quociente entre valor adicionado e patrimônio líquido	Quociente entre gastos com pessoal e valor adicionado	Quociente entre gastos com impostos e valor adicionado	Quociente entre gastos com remuneração de capital de terceiros e valor adicionado	Quociente entre dividendos e valor adicionado	Quociente entre lucros retidos e valor adicionado
Quantidade	20	20	20	20	20	20	20
Média	28,07%	80,10%	26,75%	24,96%	23,65%	15,39%	17,57%
Desvio Padrão	17,09%	47,62%	16,02%	15,03%	25,50%	16,53%	12,27%
Coefficiente de variação	60,89%	59,45%	59,90%	60,24%	107,84%	107,42%	69,82%
Mínimo	2,86%	20,42%	0,89%	-17,45%	2,41%	0,56%	2,24%
Máximo	63,96%	195,10%	60,47%	52,88%	109,30%	64,22%	44,90%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 3 - Quocientes de análise da DVA- 2016

Ano 2016	Geração de Riqueza		Distribuição de Riqueza				
	Quociente entre valor adicionado e ativo total	Quociente entre valor adicionado e patrimônio líquido	Quociente entre gastos com pessoal e valor adicionado	Quociente entre gastos com impostos e valor adicionado	Quociente entre gastos com remuneração de capital de terceiros e valor adicionado	Quociente entre dividendos e valor adicionado	Quociente entre lucros retidos e valor adicionado
Quantidade	20	20	20	20	20	20	20
Média	30,67%	87,06%	25,07%	28,68%	17,63%	16,67%	18,12%
Desvio Padrão	17,71%	55,25%	16,17%	12,01%	14,94%	17,05%	16,31%
Coefficiente de variação	57,76%	63,46%	64,50%	41,88%	84,77%	102,27%	89,97%
Mínimo	4,39%	15,94%	1,05%	2,11%	2,01%	0,75%	-7,51%
Máximo	67,76%	210,29%	62,04%	49,95%	56,12%	63,24%	53,59%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 4- Média dos quocientes de geração e distribuição de riqueza do ano de 2015

Setor	Geração de Riqueza		Distribuição de Riqueza				
	Quociente entre valor adicionado e ativo total	Quociente entre valor adicionado e patrimônio líquido	Quociente entre gastos com pessoal e valor adicionado	Quociente entre gastos com impostos e valor adicionado	Quociente entre gastos com remuneração de capital de terceiros e valor adicionado	Quociente entre dividendos e valor adicionado	Quociente entre lucros retidos e valor adicionado
Serviço	20,19%	57,26%	24,63%	23,77%	8,00%	27,77%	25,09%
Indústria	30,45%	84,90%	28,10%	26,96%	37,51%	5,26%	9,91%
Comércio	41,62%	123,11%	29,16%	24,33%	30,68%	8,34%	12,16%

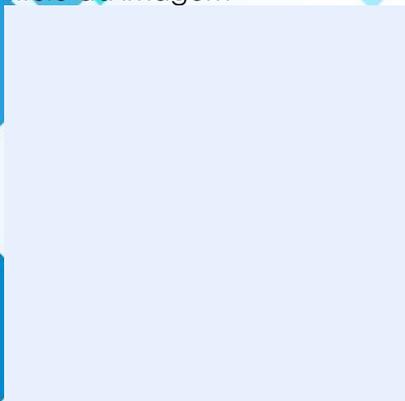
Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 5- Média dos quocientes de geração e distribuição de riqueza do ano de 2016

Setor	Geração de Riqueza		Distribuição de Riqueza				
	Quociente entre valor adicionado e ativo total	Quociente entre valor adicionado e patrimônio líquido	Quociente entre gastos com pessoal e valor adicionado	Quociente entre gastos com impostos e valor adicionado	Quociente entre gastos com remuneração de capital de terceiros e valor adicionado	Quociente entre dividendos e valor adicionado	Quociente entre lucros retidos e valor adicionado
Serviço	25,04%	71,88%	20,64%	28,87%	7,65%	24,74%	24,24%
Indústria	29,52%	85,91%	31,11%	27,55%	25,07%	8,10%	12,84%
Comércio	45,34%	123,23%	24,48%	30,25%	26,42%	15,15%	15,14%

Fonte: Dados da pesquisa.

Título da imagem



Fonte: Fonte da imagem